

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.563 - SP (2019/0125826-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : JOSEANE NATALI DOMINGOS
ADVOGADO : ANDRE LUIZ DOS SANTOS PEREIRA - SP285894
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : MANOELA REGINA QUEIROZ CORREA LIMA BIANCHINI -
S SP329300
PRISCILA APARECIDA RAVAGNANI - SP274382

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por JOSEANE NATALI DOMINGOS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO CONCURSO PÚBLICO DECISÃO DE INAPTIDÃO DE CANDIDATA INCOMPATÍVEL COM A PROVA PERICIAL PRODUZIDA E COM O FATO DE TER SIDO CONTRATADA PELO MESMO ENTE PÚBLICO PARA LECIONAR EM PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR COMO PROFESSORA TEMPORÁRIA AÇÃO ANULATÓRIA DO ATO ADMINISTRATIVO PROCEDENTE SENTENÇA CONFIRMADA NO PARTICULAR.

DANOS MORAIS PELO ENVOLVIMENTO DA AUTORA EM EPISÓDIO ANTERIOR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO AÇÃO PROCEDENTE RECURSOS OFICIAL E DA FAZENDA DO ESTADO PARCIALMENTE PROVIDOS.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022 do CPC, no que concerne à declaração de nulidade do acórdão recorrido em razão de decisão desconexa e omissa, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Com efeito, em matéria de responsabilidade civil, entende-se, por força do art. 927 do Código Civil, que haverá o dever de indenizar quando estiverem presentes o ato ilícito, o nexo de causalidade e os danos.

Todavia, o v. acórdão recorrido não só não indicou a presença de qualquer elemento que impedisse a caracterização da responsabilidade civil, na forma do dispositivo legal em epígrafe, como também se apresenta até mesmo desconexo com a discussão do processo (fls. 374).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 927 do CC, no que concerne ao reconhecimento do nexo de causalidade entre a omissão do Poder Público e o fato danoso, ensejando danos morais, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Em linha de princípio, cabe ressaltar que o v. acórdão recorrido em momento algum afirma não ter havido ato ilícito, consistente na omissão do Estado de São Paulo em prover à sua servidora um ambiente seguro de trabalho.

Também não se depreende do v. acórdão recorrido que se tenha afastado o nexo de causalidade, qual seja, a relação entre a omissão do Poder Público e o fato danoso que acometeu a recorrente.

(...)

Ao assim decidir, certamente, o v. acórdão recorrido ofendeu literalmente o art. 927 do Código Civil, porquanto presentes todos os elementos da responsabilidade civil. Note-se que os danos, tidos pela decisão como pouco significativos, envolveram o acometimento de um estresse pós-traumático à recorrente que ensejou mais de dois meses de afastamento médico e uma viagem para outra localidade visando a se recompor dos danos (fls. 374/375).

Em relação a mesma tese recursal aponta, ainda, divergência jurisprudencial.

É o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar, todavia, quais os incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Quanto à segunda controvérsia, foi enfrentada pelo acórdão recorrido com base na seguinte fundamentação:

É que sobre a declaração de inaptidão proclamada na esfera administrativa, deve prevalecer, pela pertinência dos fundamentos adotados, o laudo pericial de fls. 246/253, dando a autora como ostentando saúde mental plena, sem nenhum sintoma psiquiátrico, o que aliás é a única conclusão compatível com o fato dela ter sido contratada pelo mesmo ente público para lecionar em período imediatamente anterior como professora temporária.

Não há, da mesma forma, qualquer evidência de que entre os dois exames a candidata tenha apresentado alteração significativa de seu estado de saúde.

[...]

Mas a prova dos autos não autoriza a condenação da Fazenda do

Estado a indenizar a autora por danos morais em virtude de episódio que vivenciou em sala de aula em 14 de abril de 2011, descrito no boletim de ocorrência de fls. 27/31.

É que apesar de ter sofrido abalo psicológico que motivou seu afastamento por quase dois meses, a autora “procurou ajuda médica, recuperou do trauma rapidamente e após três meses, retornou ao trabalho, sendo muito bem recebida pela equipe escolar e principalmente pelo corpo discente”, como atestou a Vice-Diretora do estabelecimento de ensino ao subscrever a declaração de fls. 45 (fls. 364/365).

Incide, portanto, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à divergência jurisprudencial, incide o óbice da Súmula 284/STF, pois, a despeito de ter sido apontada a alínea 'c' do permissivo constitucional, a parte recorrente não indicou expressamente qual o acórdão tido por paradigma, o que impede eventual análise da divergência de interpretações.

Confirmam-se nesse sentido os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.019.207/SC, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgRg no AREsp n. 545.856/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 19/2/2015; e AgRg no AREsp n. 431.782/MA, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/5/2014.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

